internacional e da assistência mútua entre os poderes públicos dos diversos Estados.

A matéria foi em 1932 recomendada na Assembleia da Sociedade das Nações, considerando que «a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados como guardas da civilização» e que, para a compreensão mútua dos povos, através da contemplação das suas obras de arte, «importa assegurar a estas uma protecção internacional»: no espírito do Pacto, os Estados deveriam prestar-se «uma colaboração cada vez mais extensa e mais concreta no sentido de se assegurar a conservação dos monumentos e das obras de arte» e «uma assistência mútua para a recuperação de objectos subtraídos às colecções nacionais ou exportados clandestinamente».

Em 1933 a Repartição Internacional dos Museus submeteu à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual o texto de um anteprojecto de convenção, que o Secretariado fez submeter à apreciação dos países membros e não membros da Sociedade; e em 1935 a Repartição iniciava os estudos, ainda em curso, das suas respostas para a elaboração definitiva de uma convenção.

Não é novo, como se vê, o objectivo do presente decreto-lei: provocaram-no há muito as realidades sociais e anima-o um forte espírito de cooperação, no convencimento de se contribuir para a defesa e progresso da civilização e para uma efectiva solidariedade entre os povos, dentro do respeito mútuo e da compreensão dos sentimentos e tradições de cada um.

De facto, todas as obras de expressão espiritual constituem, em essência, património da humanidade culta, seja de quem fôr a propriedade dos objectos em que se corporizam; por isso todos os povos civilizados têm o dever de velar pela conservação e pelo cunho característico de tais obras, o qual lhes é dado, na maior parte dos casos, pela sua integração no próprio ambiente em que foram gerados ou se fixaram em paciente e sistemático trabalho de séculos. Aqueles que consentem ou realizam a depredação e a ruína de tais valores dão manifestas provas de barbarismo e merecem a reprobção universal.

É dentro deste espírito, e em oportunidade incompatível com delongas, que se justifica a publicação do presente decreto-lei, pelo qual a Nação Portuguesa, ciosa do seu património, repudia os meios ilegítimos ou imorais de aumentá-lo à custa do de outras nações: éle representa não uma abdicação, mas sim a consagração de um desejo veemente e sincero de cooperação, e é, ao mesmo tempo, lógico conseqüente de um sistema legislativo e da moral que orienta a administração do Estado Novo.

Se com este diploma Portugal abre um caminho, há-de reconhecer-se que o faz desinteressadamente, e é porventura de desejar que o exemplo se generalize e frutifique.

Tudo ponderado; e

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São nulas e de nenhum efeito as transacções realizadas, em território português, sobre objectos de valor artístico, arqueológico, histórico e bibliográfico, provenientes de país estrangeiro, quando realizadas com infracção das disposições da respectiva legislação interna, reguladora da sua alienação ou exportação.

Art. 2.º O adquirente de boa fé tem direito a ser indemnizado nos termos seguintes:

1.º Pelo alheador, salvo se éste fôr também adquirente de boa fé;

2.º Pelo Estado interessado se o originário alheador não fôr encontrado no território português ou, sendo-o, se verificar a sua insolvência.

§ 1.º A boa fé não pode ser alegada pelo adquirente desde que o desaparecimento dos objectos bem como a sua descrição, que permita identificá-los, tenham sido tornados públicos, por meio de anúncio em dois jornais portugueses, dos de maior circulação.

§ 2.º A indemnização será fixada pelo Ministro da Educação Nacional, e nunca poderá exceder o preço da aquisição, acrescido das despesas de conservação que com o mesmo hajam sido feitas,

Art. 3.º Os objectos abrangidos no artigo 1.º, e encontrados no território português, serão apreendidos pelas autoridades policiais ou aduaneiras, que dêles se constituirão fiel depositário até lhes ser dado destino conveniente.

§ 1.º Logo que se verifique qualquer apreensão, as autoridades que a ela procederem comunicá-la-ão, pelas vias competentes, ao Ministério da Educação Nacional, que promoverá, com as necessárias cautelas e ouvida a Junta Nacional da Educação, a remoção do objecto ou objectos apreendidos para um museu ou local apropriado.

§ 2.º O Ministério da Educação Nacional tornará conhecida a apreensão, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e, feita a prova da propriedade, será autorizada a repatriação do objecto ou objectos apreendidos.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra imediatamente em vigor e será aplicável em relação àqueles países cuja legislação adopte para com o nosso um regime de reciprocidade.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

10.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:634

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizado o pagamento pela dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 866.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico de 1937, sob a rubrica «Despesas de anos económicos findos», da importância de 5.956.580, sendo 1.092\$ para pagamento de serviço de exames respeitantes ao ano económico de 1936 a três professores do Instituto Industrial do Porto o 4.864.880 para remissão, nos termos da alínea b) do artigo 9.º do decreto-lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, a um chefe de pessoal menor e a um contínuo respectivamente dos Liceus Camões, em Lisboa, e Latino Coelho, em Lamego.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt

court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Decreto-lei n.º 27:635

A verificação da existência de combustíveis líquidos e gasosos no subsolo português está despertando interesse, que se tem manifestado através de propostas que, para o mesmo efeito, têm sido apresentadas ao Governo.

Ressalvados os direitos adquiridos, de harmonia com a legislação mineira, foi declarada cativa, para pesquisas de hidrocarbonetos e substâncias betuminosas, a área do continente da República.

Permite o § 1.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 18:713, de 1 de Agosto de 1930, autorizar pesquisas nas áreas cativas, e, uma vez evidenciados depósitos ou jazigos, concedê-los, mediante condições especiais.

Estudado o programa de concurso, visto haver mais de uma proposta, reconheceu-se que a natureza especial dos trabalhos exigia o prévio esclarecimento de algumas disposições da legislação mineira em vigor.

A previsão de que será necessário executar numerosas sondagens profundas e a extrema raridade, entre nós, de tais trabalhos — bastante dispendiosos — justificam a utilidade e a oportunidade das providências a adoptar.

Admite-se excepcionalmente o princípio da sobreposição em casos em que se imagina que ela não afectará os trabalhos existentes, mas, à cautela, conferem-se especiais regalias aos concessionários mais antigos.

Também os interesses da agricultura mereceram especial cuidado na elaboração deste diploma, em que se facilita o recebimento das indemnizações por prejuízos, muito raros neste género de trabalhos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Ministro do Comércio e Indústria autorizado a fixar as condições especiais do concurso para a adjudicação das pesquisas de hidrocarbonetos e substâncias betuminosas e ulterior aproveitamento dos jazigos ou depósitos evidenciados, na área declarada cativa por portaria de 16 de Julho de 1936.

Art. 2.º Dentro das áreas em regime de concessão mineira não poderão ser realizados pelo adjudicatário trabalhos de prospecção ou pesquisa sem autorização dada por escrito pelo concessionário.

§ 1.º Em caso de recusa do concessionário em dar a referida autorização, poderá esta ser suprida pelo Ministro do Comércio e Indústria, ouvido o Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, que fixará as indemnizações a pagar pelo adjudicatário, caso haja motivo para tal, tendo em conta a actividade nessa concessão e os trabalhos nela realizados.

§ 2.º O adjudicatário obriga-se, em qualquer caso, a reparar os danos que cause a terceiros, e em especial a dispor os seus trabalhos durante ou depois da sua realização, de modo a reduzir êsses danos ao mínimo.

§ 3.º Caso venha a haver sobreposição entre as concessões derivadas de exclusivo de pesquisas e outras concessões anteriores ou posteriores, serão regulamentadas as relações mútuas entre as duas concessões, de

modo a salvaguardar sempre os direitos dos concessionários mais antigos ou da concessão que o Ministro do Comércio e Indústria, ouvido o Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, considere mais útil para a economia nacional.

Art. 3.º Os processos emergentes por prejuízos causados à agricultura seguem os termos do processo sumário, independentemente do respectivo valor.

Art. 4.º Durante a realização destas pesquisas e sobre os produtos das concessões que delas derivarem, quer sofram ou não ulterior tratamento, pode o Governo impor o pagamento de taxas, rendas, percentagens e impostos diferentes daqueles que estão previstos na actual legislação.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Junior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Decreto-lei n.º 27:636

O decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, que estabeleceu o regime jurídico dos organismos de coordenação económica, determina que a disciplina dos principais produtos da nossa exportação seja confiada aos institutos e às juntas nacionais. Nesta conformidade, encontram-se já constituídos o Instituto do Vinho do Porto, o Instituto Português de Conservas de Peixe e as Juntas Nacionais das Frutas, dos Resinosos e da Cortiça.

No uso de tais atribuições, é manifestamente aos organismos de coordenação económica que deve competir a emissão de certificados de origem, de qualidade ou de origem e qualidade para os produtos sujeitos à sua fiscalização, a não ser que por disposição legal tal atribuição tenha sido expressamente conferida a um organismo corporativo — grémio, união ou federação.

Acontece porém que frequentemente se suscitam dúvidas sobre a competência de outras entidades na emissão dos referidos certificados e torna-se por isso necessário esclarecer devidamente o assunto, pois dessa confusão resultam prejuízos e embaraços para a própria expansão dos nossos produtos nos mercados externos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A competência para a emissão dos certificados de origem, de qualidade ou de origem e qualidade dos produtos de exportação pertence exclusivamente aos organismos de coordenação económica constituídos nos termos do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, que tenham a seu cargo a disciplina e fiscalização das actividades respeitantes aos mesmos produtos.

§ único. Exceptuam-se os casos em que a lei reserve expressamente tal atribuição a um organismo corporativo — grémio, união ou federação —, que da mesma forma terá competência exclusiva na emissão dos referidos certificados.

Art. 2.º O disposto no artigo anterior não prejudica a competência de outras entidades relativamente aos produtos que se não encontrem ainda sujeitos à disciplina